



**OUVIDORIA**

DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



# RELATÓRIO de ATIVIDADES

De 10 de abril a 10 de outubro de 2024/1





**OUVIDORIA**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

# **RELATÓRIO** de **ATIVIDADES** 2024/1

De 10 de abril a 10 de outubro de 2024

Porto alegre, dezembro de 2024

# COMPOSIÇÃO DA OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Equipe da Ouvidoria-Geral da DPE-RS

Ouvidor-Geral da DPE-RS  
**RODRIGO DE MEDEIROS SILVA**

Servidores/as  
**Daniel Paulo Caye**  
**Ercília Corrêa Freire Pinto**

Atendente da linha 0800 642 3225  
**Graciela de Andrade Gonçalves**

Estagiários/as  
**Giovanna Rodrigues Saraiva (até setembro)**  
**Marta Raquel Veríssimo da Luz**  
**Lucas Camboim de Moraes**

Na forma do art. 3, IV, da Resolução CSDPE nº 02/2021, apresentamos o relatório de atividades desempenhadas no primeiro semestre do mandato do Ouvidor Rodrigo de Medeiros Silva, no biênio 2023-2025.

Por meio deste documento, os/as integrantes da instituição e os/as usuários/as do serviço público poderão acompanhar o trabalho realizado pela equipe da Ouvidoria-Geral, especialmente os dados sobre atendimento à população e a relação construída com a sociedade civil.

Desejamos a todos/as/es uma boa leitura e nos colocamos, como sempre, à disposição para o diálogo.

Equipe da Ouvidoria-Geral.

# Sumário

Sobre a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.....	6
Ouvidoria como instrumento de Interlocução .....	8
Resumo das atividades.....	12
Relacionamento com a Sociedade Civil Organizada.....	16
Relações Institucionais.....	34
Aprimoramento Institucional.....	42
Cronograma de Atividades .....	48

# **SOBRE A OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

A Ouvidoria-Geral é um órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), atuando no processo de interlocução entre o/a cidadão/ã e a instituição, garantindo que a manifestação dos/as usuários/as provoque a contínua melhoria dos padrões e mecanismos de eficiência dos serviços e das atividades desenvolvidas pela DPE/RS.

As atribuições da Ouvidoria-Geral encontram regramento na Lei Complementar Federal nº 80/94, na Lei Complementar Estadual nº 14.130/2012, na Lei Estadual nº 13.536/2010 e na Resolução nº 2/2011 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. A partir dessas diretrizes, nossa atuação está assentada em três pilares:

- 1** Auxiliar na promoção e valorização dos serviços prestados pela Defensoria Pública;
- 2** Auxiliar a Defensoria em suas relações interinstitucionais; e
- 3** Auxiliar a Defensoria no contato e articulação com a sociedade e seu público-alvo.

Uma ouvidoria externa propicia mecanismos de controle e participação social, abrindo canais de diálogo direto com a população assistida. Assim, nossa missão primeira é contribuir para que a Defensoria Pública cumpra sua atribuição constitucional de prestação de assistência jurídica e promoção dos direitos humanos, garantindo que haja uma adequada prestação de serviço público, o que inclui o diálogo com a sociedade civil.

# **PALAVRA DO OUVIDOR**



# Ouvidoria como instrumento de Interlocação

**Por Rodrigo de Medeiros Silva**

O período de 10 de abril a 10 de outubro de 2024 foi marcado pelas enchentes de maio e os desdobramentos da emergência climática. A Ouvidoria da DPE-RS teve um intenso trabalho de interlocação com outras instituições e com a sociedade civil para o enfrentamento das consequências da tragédia climática, como as omissões e violações que os segmentos vulnerabilizados estavam sofrendo.

Assim, foram feitos diálogos com familiares de pessoas que estavam no sistema prisional, ambientalistas, universidades, movimento de mulheres, Movimento LGBTQIAPN+, quilombolas, indígenas, cozinhas solidárias, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conselho Estadual do Povo de Terreiro, Conselho Estadual de Direitos Humanos, Comitês de Bacia, etc. Isto será demonstrado no decorrer do relatório.

Mas o trabalho foi além da interlocação necessá-





ria, buscamos contribuir com o aperfeiçoamento institucional, articulando o Fórum Socioambiental e organizando um Seminário Temático sobre o papel da Defensoria Pública, dentro do Encontro Nacional de Ouvidorias de Defensorias. A Crise Climática é uma realidade e que se agravará com o tempo. A Ouvidoria da DPE-RS possui consciência disso e suas ações já são reflexo de seu compromisso com a justiça ambiental.

Todavia, outras temáticas na atuação continuam presentes, pois multifacetada é a sociedade e as especialidades de atuação da Defensoria Pública. Inclusive, os problemas sociais agravam-se na emergência climática e, quando falta política pública, a Defensoria Pública é procurada pelos segmentos vulnerabilizados ou pelos setores que trabalham com eles, na busca do respeito a direitos. Isto pode ser percebido no caso da falta temporária de hormônios para a população trans, que em determinado período não foi considerado prioritário, precisando acionar Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero – NUDIVERSI da DPE-RS, que atuou extrajudicialmente para a regularização do fornecimento.

Demandas permanentes da Defensoria continuaram sendo acompanhadas pela Ouvidoria. Como é o caso das “Pousadas Garoa”, para a população de rua de Porto Alegre-RS, as denúncias de falta de infraestrutura e a tragédia do incêndio, que resultou em 11 mortes. Outras inúmeras pautas de parcelas da população historicamente excluídas do acesso à justiça fizeram parte da agenda da Ouvidoria, como a situação das escolas indígenas, dos direitos da população quilombola, das ocupações urbanas, da falta de políticas públicas de moradia, do direito das mulheres de realizarem o aborto nos casos previsto em lei, entre outras pautas.

Por fim, destacamos neste semestre o lançamento do Guia de Orientação para o Atendimento Antirracista e Antidiscriminatório na Defensoria Pública, no dia 03 de setembro de 2024. Uma grande parceria envolvendo, dentro da Defensoria, a sua Corregedoria, o Centro de Referência de Direitos Humanos e os Núcleos de Defesa de Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial. Uma construção da Instituição com a sociedade, que contribuiu por meio do Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional do Serviço Social, Comissão Guarani Yvyrupa, Fundação Lutera de Diaconia, Conselho de Missão entre Povos Indígenas, Conselho Indigenista Missionário, Movimento Negro Unificado e Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul. Um documento inédito dentre as instituições do sistema de justiça, pois é voltado para dentro, mas também serve à sociedade, um documento informativo e formativo, mais um instrumento de combate ao racismo e para a efetivação de uma sociedade inclusiva de sua pluralidade.

# Resumo das atividades



# Resumo das atividades

**3.069**

Total de atendimentos

**507**

Abertura de expedientes administrativos

**159**

Agendas

A Ouvidoria-Geral atua seguindo as diretrizes previstas em suas normas regulamentadoras, especialmente auxiliando na promoção e valorização dos serviços prestados pela Defensoria Pública, bem como no contato e na articulação com a sociedade e seu público-alvo. Para tanto, realiza diariamente atendimentos individuais (por meio de seus canais de atendimento: telefone, e-mail e presencialmente), recebendo e processando reclamações, sugestões, críticas, elogios ou quaisquer manifestações relativas ao atendimento da Defensoria Pública.

Os atendimentos individuais aos/às usuários/as da Defensoria Pública somaram, no último período (10 de abril a 10 de outubro de 2024), 3.069 atendimentos, conforme identificado na tabela de atividades.

Desses atendimentos, 507 foram direcionados aos/às Defensores/as Públicos/as e servidores/as da Defensoria Pública Estadual, responsáveis pelo atendimento das pessoas assistidas que registraram manifestações de reclamação, solicitação de informação, solicitação de atendimento, sugestão de melhorias, denúncia de irregularidades e elogios.

ATIVIDADES	
MANIFESTAÇÕES	ATENDIMENTOS
E-mail	1.520
Telefone	1.359
Presencial	190
<b>TOTAL</b>	<b>3.069</b>

ATIVIDADES	
MANIFESTAÇÕES	ATENDIMENTOS
Pedidos de informações	1.836
Reclamações	763
Sugestões	3
Elogios	8
Denúncias	35
Solicitações	258
Outros	8
Solicitação de Antecipação de Atendimento	157
Novos Protocolos*	507

\*Abertura de expedientes administrativo | Fonte: Ouvidoria-Geral da DPE-RS



# **Relacionamento com a Sociedade Civil Organizada**



# Relacionamento com a Sociedade Civil Organizada

A Ouvidoria tem se destacado por sua articulação com a sociedade civil, abordando questões centrais para a promoção de justiça social e defesa de direitos humanos. Entre os temas de maior relevância neste período, estão a criação do Fórum Socioambiental, que reúne ambientalistas, acadêmicos e entidades em defesa do meio ambiente; a atuação em defesa da população em situação de rua, por meio de mutirões, reuniões e articulações para garantir seus direitos fundamentais; o fortalecimento de laços com o movimento LGBTQIAPN+, e a defesa das escolas indígenas, buscando estruturar e assegurar os direitos culturais e educacionais das comunidades.

Essas iniciativas refletem o compromisso da Ouvidoria em fomentar espaços de diálogo e ação efetiva, evidenciando o papel estratégico da instituição na proteção das populações vulneráveis e no enfrentamento das crises socioambientais e de direitos humanos no estado.

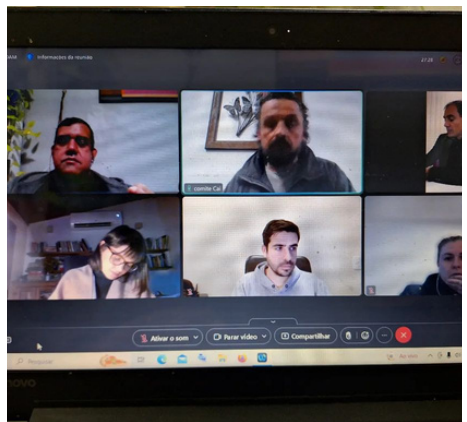
## Atuação na defesa da Justiça Climática e Ambiental

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, nesta gestão (2024-2026), pela primeira vez possui um defensor público designado estritamente para o Núcleo de Defesa Ambiental (NUDAM). O Núcleo é dirigido pelo Defensor Público João Carmona Paz. Isto demonstra a relevância que se dá ao tema, tão necessário, ainda mais diante da crise climática. A Ouvidoria, então, visando agregar apoio social e contribuições técnicas interdisciplinares, articulou a formação de um Fórum Socioambientalista.

Criado em 03 de junho de 2024, em reunião que ocorreu na Faculdade de Direito da PUC-RS, o núcleo realizou a sua segunda reunião na Defensoria Pública, em Porto Alegre-RS, dia 27 de junho, e formou-se um grupo de WhatsApp, que já conta com 42 membros.

Participam do grupo: ambientalistas; pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e universidades, como da Biologia, da Geografia, Psico-





logia e da Agronomia; representantes de entidades ambientalistas históricas do estado, tais como Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (INGÁ), além do Conselho Regional de Biologia e Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Caí. Participa também do grupo a Defensora Pública Gizane Mendina Rodrigues, dirigente do Núcleo de Defesa Étnico-Racial da DPE-RS, tendo em vista os inúmeros casos de racismo ambiental que ocorrem, infelizmente, no estado.

## FÓRUM SOCIOAMBIENTAL DO RS ENCAMINHA RECOMENDAÇÕES PARA RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

Integrantes do Fórum Socioambiental do Rio Grande do Sul entregaram, nesta terça-feira (11), ao Núcleo de Defesa Ambiental da Defensoria Pública Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), documento que elenca diretrizes para recuperação ambiental e reconstrução do estado. O documento leva em conta o Relatório da Missão-denúncia sobre os impactos das tragédias climáticas no Vale do Taquari, de 27 e 28 de novembro.

Entre as recomendações, está a de que reassentamentos devem ser realizados observando a dignidade e proteção a riscos da população atingida, evitando e prevenindo que essas novas obras coloquem em risco outros grupos populacionais. “Para tanto é condição imprescindível que esses observem rígidos padrões e a totalidade da legislação atinente ao regramento ambiental, ordenamento territorial, padrões de saneamento, diretrizes de gestão de recursos hídricos advindos dos planos de bacias hidrográficas e de proteção e prevenção a riscos a vidas humanas - com vistas à redução de vulnerabilidades.”

O documento também chama atenção para a necessidade de revisão das flexibilizações ocorridas, por meio da Lei 15.434/2020, no Código Estadual de Meio Ambiente e no Código Florestal do Estado. Assim como processos mais recentes, de iniciativa do Executivo, nas regras ambientais para facilitação da construção de barragens em áreas de preservação permanente.

“O Fórum Socioambientalista formou-se com ambientalistas e organizações históricas do estado, a partir do chamado da Defensoria Pública, visando uma contribuição substancial para a sua atuação na defesa dos vulnerabilizados. Estes, no contexto das enchentes, das crises climáticas, são os mais impactados, sofrendo racismo e injustiça ambiental. Este documento entregue são contribuições iniciais, que ainda serão aprofundadas pelo Fórum”, pontua o ouvidor-Geral da DPE-RS e integrante do Fórum, Rodrigo de Medeiros Silva.



Fonte: Brasil de Fato RS

# “Às demandas dos movimentos ambientalistas e os direitos humanos se interconectam no combate à crise climática”

## Paulo Brack

Coordenador do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá) e professor titular do departamento de Botânica da UFRGS

Ao Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul Sr. Rodrigo de Medeiros Prezado Senhor: O Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá) vem agradecer à Ouvidoria Geral da DPE-RS, que atua com o Núcleo de Defesa do Meio Ambiente da DPE-RS, onde são estabelecidas importantes colaborações às demandas da sociedade, no sentido da manutenção e avanços de garantias de direitos coletivos, muitas vezes negados nas políticas públicas em curso no âmbito estadual e municipal (Porto Alegre) e no Estado do Rio Grande do Sul. Destacamos a participação da Ouvidoria, em especial no caso das Mudanças Climáticas e políticas de auxílio ao enfrentamento a maior calamidade climática ambiental

vista no Estado, estando atentos às demandas dos movimentos ambientalistas e os direitos humanos se interconectam no combate à crise climática.

Este maior contato com as demandas coletivas da sociedade é, em nossa visão, inédito aqui no Rio Grande do Sul. Ressaltamos a orientação a nossas demandas frente a problemas de estrangulamento dos direitos democráticos, ou seja, frente ao autoritarismo na forma e conteúdo de encaminhamentos de projetos de lei que representam retrocessos em temas socioambientais.

O InGá, junto a outras entidades e movimentos socioambientais, vem recorrendo mais recentemente à Ouvidoria e à Defensoria no sentido de apoio

na defesa da democracia ameaçada pelo poder público municipal, nos espaços de representação da Sociedade, em especial o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e o Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA).

É muito visível a presença da Ouvidoria e da Defensoria na proteção de populações vulneráveis, no estancamento de iniciativas violentas ou repressão de parte das forças policiais do Estado e Município de Porto Alegre, no tocante ao direito à moradia, quanto à ocupação de prédios públicos abandonados há muitos anos.

Verificamos, da mesma forma, o amparo na orientação no tocante a ações de temas de ataques aos povos indígenas, quilombolas, grupos LGBTQI+, entre outros.

O InGá, portanto, reconhece e torce pela continuidade deste conjunto amplo de iniciativas importantes de acompanhamento da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, em demandas sociais e ambientais diversas que já constam garantidas na Constituição Federal, mas infelizmente não cumpridas por parte de segmentos econômicos e do Estado, o que fortalece a cidadania e a luta coletiva de resistência frente aos retrocessos políticos, socioeconômicos e ambientais no período atual.

Atenciosamente Paulo Brack, Coordenador do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais.

**“Este maior contato com as demandas coletivas da sociedade é, em nossa visão, inédito aqui no Rio Grande do Sul”**



Outra articulação que a Ouvidoria vem procurando contribuir com a Defensoria Pública é com a População em Situação de Rua. Além de terem passado por fatos trágicos, como o incêndio da Pousada Garoa, é tema da Campanha Nacional da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) de 2024, com o slogan: A atuação da Defensoria Pública para o Acesso à Justiça e Garantia de Direitos da População em Situação de Rua, a Ouvidoria se soma nos esforços desta mobilização.

O incêndio na Pousada Garoa, ocorrido em 26 de abril de 2024, em Porto Alegre, trouxe à tona a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua e a importância de políticas públicas eficazes para garantir a segurança e a dignidade dessa população. A tragédia, que vitimou 11 pessoas e deixou outras feridas, revelou sérias falhas nas condições de segurança do local e levantou questionamentos sobre a responsabilidade do poder público e dos responsáveis pela pousada.



Esta atuação concatenada realiza o artigo da Resolução CSDPE Nº 06/2023, que regulamenta e dispõe sobre o planejamento e execução do plano para promoção dos Direitos Humanos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 3º São diretrizes de atuação da política de reconhecimento, afirmação, promoção e proteção dos direitos humanos da Defensoria Pública:

[...]

XII – a conscientização, informação e motivação da população vulnerável, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, com a ampliação das mídias sociais, a respeito dos direitos humanos, em coordenação com as assessorias de comunicação social, inclusive da Ouvidoria-Geral, da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (FESDEP) e da Associação de Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (ADPERGS), dentre outras;

[...]

Art. 5º São instrumentos e órgãos, que devem ser utilizados prioritariamente, para a efetivação da política institucional de reconhecimento, afirmação, promoção e proteção de direitos humanos da defensoria pública.

[...]

III – a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública, respeitada sua independência funcional;

# “A Ouvidoria [...] realizou movimentos essenciais para o acesso à justiça de pessoas em situação de rua”

## Thais do Amaral Marques

Bacharel em Direito, Editora do Jornal Boca de Rua

A Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS) realizou, ao longo de 2024, em Porto Alegre, movimentos essenciais para o acesso à justiça de pessoas em situação de rua - conforme previsto na Resolução nº 425 do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu a Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua - e para a garantia dos direitos previstos no Decreto nº 7053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

De acordo com as pesquisas sobre a efetividade das políticas públicas para esse segmento populacional (Passa e Repassa, 2024), cerca de cinco mil pessoas estão em situação de rua em Porto Alegre, e a oferta de serviços

e benefícios socioassistenciais é insuficiente. Além disso, a precarização da vida e a vulnerabilização social agravaram-se neste ano, sobretudo, com a enchente que devastou o estado.

Entre as ações realizadas pela Ouvidoria da DPE-RS nesse contexto estão: encontro entre vítimas, familiares e diversas organizações da sociedade civil no dia do incêndio em que morreram 11 pessoas na Pousada Garoa, conveniada com a Prefeitura de Porto Alegre com a finalidade de acolher pessoas em situação de rua; a realização de reuniões entre o poder judiciário (Ministério Público, Núcleo de Direitos Humanos da DPE e ouvidoria do Tribunal de Justiça) e representantes da população

em situação de rua; mutirões nos abrigos para população de rua durante a enchente; reuniões com representantes da população em situação de rua e com a gestão na FASC também no período das enchentes para discutir os benefícios às pessoas em situação de rua atingidas.

Nessas ações, a população em situação de rua, mediante representações, levou suas reivindicações - entre elas a retomada dos Comitês Municipal e Estadual de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas para a População de Rua e a criação de um Comitê Judicial, ambos com participação social - e discutiram acerca dos seus direitos.

Diante da decisão liminar do STF na ADPF 976, que reconhece os direitos humanos da população em situação de rua, e da ausência de participação da sociedade civil e de representantes desta população em espaços instituídos do judiciário, como o Comitê Regional Pop Rua Jud/RS (Portaria nº 425/2024), ações como essas são indispensáveis para a diminuição das violências e violações de direitos da população em situação de rua.

**“Ações, como a ADPF 976, são indispensáveis para a diminuição das violências e violações de direitos da população em situação de rua.”**

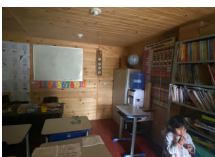
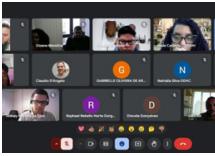
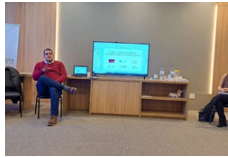
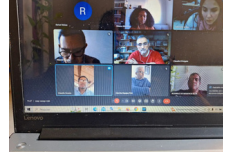




A pauta indígena também foi destaque, com a formação do **Fórum para efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas**, uma articulação que se deu com a Desembargadora Jane Vidal, Ouvidora da Mulher, população LGBTQIAPN+ e pessoas em situação de vulnerabilidade do Tribunal de Justiça do RS; com o Movimento Indígena e suas organizações; e organizações indigenistas.

O Fórum foi fundado em 16 de abril e as representações indígenas trouxeram, como uma de suas principais demandas a situação das escolas indígenas. Esta demanda foi levada ao Núcleo de Defesa da Igualdade Étnico-Racial (NUDIER) da DPE-RS, que **passou a realizar visitas às escolas indígenas, visando instruir expediente, no intuito de buscar a sua estruturação devida.**

Outra pauta deste Fórum é a questão das pessoas indígenas em situação prisional, verificando os seus direitos e as suas especificidades. Há um projeto dialogado com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), Fórum Justiça e Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Esta articulação envolveu, por conseguinte, o Núcleo de Defesa da Execução Penal (NUDEP) e o NUDIER da DPE-RS, e gerou o Ofício Conjunto nº 06/2024/NUDEP/NUDIER/DPERS. Este documento recomendou a observância da Nota Técnica n.º 53/2019/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN/MJ, em questões específicas de respeito à cultura dos



povos indígenas, e de sua saúde. Ainda foi solicitado que, quando do ingresso de pessoa indígena no sistema prisional, seja o fato imediatamente comunicado à Divisão de Saúde Prisional e à Defensoria Pública.

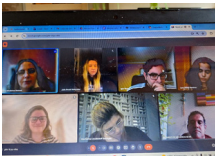
## **Mulheres Indígenas**

Neste semestre também ocorreu a “III Mobilização das Mulheres Indígenas Kaingang e Guarani: Meu corpo, meu território”, organizado pelo GT Guarita pela Vida, na TI Guarita, em Tenente Portela-RS, nos dias 3 e 4 de julho. A Ouvidoria participou, com a Defensora Pública Alessandra Quines, dirigente do Centro de Referência de Direitos Humanos (CRDH) da DPE-RS, e com o Defensor Público João Bosco Soares da Silva Filho, que atua na Comarca. O Ouvidor-Geral, Rodrigo de Medeiros, participou de uma das mesas falando sobre racismo ambiental.

## **Consulta Livre**

Ainda na questão indígena, na defesa do direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da Tekoá Jatai Ty, em Viamão-RS, encaminhou-se a questão para o NUDIER e NUDAM. A Ouvidoria foi provocada pelo Movimento “Não ao Lixão”, que trouxe a demanda da ameaça de proposta de aterro sanitário impactar esta comunidade Guarani Mbya, tendo em vista a inadequação do local, conforme estudo da UFRGS, e o potencial dano aos indígenas. Os núcleos especializados da Defensoria, então, elaboraram a Recomendação Conjunta nº 001/2024:

O Núcleo de Defesa dos Direitos da Igualdade Étnico-Racial (NUDIER) e o Núcleo de Defesa Ambiental (NUDAM) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul RECOMENDAM à Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, a adoção das seguintes medidas:



1. A elaboração e organização de Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé junto aos Povos Indígenas Guaranis que serão diretamente afetados com a possível instalação do aterro sanitário;

2. A observância do estabelecido no Protocolo de Consulta Prévia do povo Mbya Guarani do Estado do Rio Grande do Sul, bem como do disposto no artigo 6º, 1, “a”, “b” e 2, da Convenção 169 da OIT;

3. A comunicação formal, quando pronto o cronograma da consulta, dos órgãos competentes, bem como do Núcleo de Defesa da Igualdade Étnico-Racial e do Núcleo de Defesa Ambiental da Defensoria Pública do Estado, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas, o Ministério Público Federal, bem como todos os envolvidos.

# Importância das visitas da Defensoria Pública nas comunidades Indígenas

**Gizane Mendina Rodrigues**

Defensora Pública, dirigente dos Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH) e da Igualdade Étnico-Racial (NUDIER)

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, através do Núcleo de Defesa da Igualdade Étnico-racial (NUDIER) vem desempenhando um papel de fundamental importância na aproximação e concretização do acesso ao direito (à justiça) dos povos indígenas, parcela da sociedade em extrema vulnerabilidade e exclusão social.

Havia um “mito” de que todas as questões envolvendo direitos indígenas seriam de responsabilidade da União, consequentemente dos órgãos federais, o que impunha uma distância extremamente grande para a efetivação de direitos básicos como educação,

saúde, moradia, assistência social e jurídica, podendo-se dizer que estes direitos estavam inacessíveis aos povos indígenas.

A mudança de paradigma vem com a atuação diferenciada do NUDIER, que tem priorizado conhecer a realidade do povo indígena, apresentando proposta de mudança na forma de acolhimento de suas demandas, principalmente com visitas nas escolas das Terras Indígena Pindo Poty (Guarani), Capivari de Baixo (Guarani), Nhamandú Nhemapuã (todas Guaranis) e Pro Fi Ga (Kaingang).

As visitas da forma como estão sendo feitas geram efeitos positivos nas comunidades

indígenas, que antes viam a Defensoria Pública como apenas mais um órgão, e agora passam a ter uma visão diferente, tendo na instituição a efetividade de seus direitos, inclusive, da preservação cultural, de fortalecimento de sua identidade e da proteção de suas organizações sociais.

Conhecer a realidade das comunidades indígenas, verificando quais são suas prioridades e anseios, é de fundamental importância para efetivação de seus direitos, com uma resposta efetiva, e é o que vem sendo feito pelo NUDIER, com sua atuação diferenciada, que já produz bons frutos, como a acessibilidade aos povos indígenas e a busca dos indígenas por seus direitos, com visão da instituição como acolhedora.

## **Fortalecimento da pauta LGBTQIAPN+**

Outra temática que foi destaque junto aos movimentos sociais foi a pauta LGBTQIAPN+. Foi realizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o debate “As enchentes e os direitos da população LGBTQIAPN+”, no dia 27 de junho, em parceria com o SAJU da UFRGS, o Nuances, a ONG Outra Visão, MP-RS, Ouvidoria da Mulher, população LGBTQIAPN+ e pessoas em situação de vulnerabilidade do Tribunal de Justiça do RS, o Bar Sapatista, a FESDEP, o NUDIVERSI e o CRDH da DPE-RS. Essa articulação, no mesmo dia, também realizou a roda de diálogo “Cultura LGBTQIAPN+ e a emergência climática”, no Bar Sapatista.





# Relações Institucionais



# I Relações Institucionais

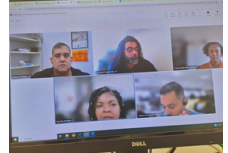
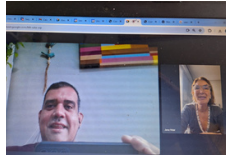
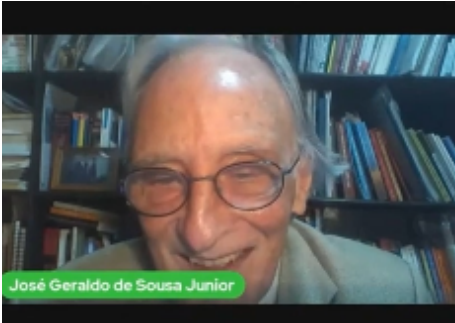
As atividades junto à sociedade, procurando desinvisibilizar determinadas violações, levar questões a serem analisadas pelos diversos órgãos da Defensoria e outras instituições já indicaram as relações institucionais que foram construídas. Sempre buscando combater a desigualdade social e apontar os caminhos para a efetivação dos direitos dos segmentos mais vulnerabilizados.

Dentro da Defensoria Pública já se apontou diversas atividades com os Núcleos de Defesa da Diversidade Sexual e Gênero (NUDIVERSI), do Núcleo de Defesa Ambiental (NUDAM), do Núcleo em Defesa em Execução Penal (NUDEP), do Núcleo de Defesa da Igualdade Étnico-Racial (NUDIER) e do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH). Mas com outros núcleos também se trabalhou, como no caso do Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) e do Núcleo de Defesa Agrária e de Moradia (NUDEAM).

## Acesso ao Aborto Legal

Com o NUDEM destacamos uma atividade do Projeto **“Diálogos de Direitos Humanos”**, que realizou a roda de conversa **“Aborto legal: uma questão de saúde pública”**, que ocorreu no dia 18 de julho, no auditório do Instituto de Psicologia da UFRGS. O evento foi realizado em parceria com o NUDEM e CRDH da DPE-RS; CEPAM da UFRGS; Fórum Justiça; AMPD, RENAP; SAJU da UFRGS; Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres; Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de POA; Themis-Gênero e Justiça; e Instituto Caminho-Raça e Acesso à Justiça.

A partir daí, a Ouvidoria articulou a entrada de defensoras públicas no Fórum do Aborto Legal e também começou a construir recomendação conjunta sobre os locais que realizam aborto legal no estado. Ainda na pauta das mulheres e envolvendo o NUDEM, acolheu-se na Defensoria Pública a aula inaugural do Projeto das Promotoras Legais Populares, da ONG Themis - Gênero e Justiça, que ocorreu dia 30 de agosto, com



a historiadora Maria da Glória Koop, intitulada “As causas históricas do desastre ambiental no RS”.

## **Defesa da Participação Social**

Ao Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (NUDEAM), juntamente para o Núcleo de Defesa Ambiental (NUDAM), foram levadas diversas denúncias da sociedade civil sobre violações à participação social, à democracia nas eleições e funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre-RS. A Ouvidoria também contribuiu com a Audiência Pública organizada pelo NUDEAM, que discutiu alternativas à cobrança de taxas condominiais em imóveis destinados a famílias de baixa renda, que acessam o Programa Minha Casa Minha Vida. Mobilizou-se representações de famílias impactadas e de movimentos sociais, com o intuito de contribuir com o diagnóstico, reflexões e proposições.

## **Aula com o professor José Geraldo**

Todas as atividades de debates públicos e formações, realizadas pela Ouvidoria, foram em parceria com outros setores da Defensoria, com a FESDEP e ADPERGS. Pode-se destacar também, nesta parceria, a aula Magna do Curso de Pós-Graduação em Direito e Sociedade da FESDEP com a Universidade La Salle, com o Professor Dr. José Geraldo de Sousa Júnior, da Universidade de Brasília (UnB).

## **Escuta das comunidades quilombola do RS**

Importante atividade realizada neste período e dentro desta parceria foi o Diálogos de Direitos Humanos “Quilombolas, Sistema de Justiça e Garantias de Direitos”, no Município de Canguçu-RS, no dia 27 de maio. Atividade contou com falas do Defensor Público Pedro Henrique Castanheira e da Quilombola Madaliza dos Santos Nascente. O encontro reu-



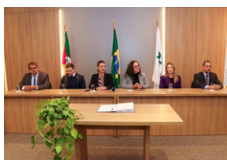
niu representantes de quilombos da localidade, Cagyçu é o município que possui mais quilombos no estado.

### **Ações com o SAJU/UFRGS**

A Ouvidoria também manteve a articulação com o SAJU da UFRGS, como na atividade “Resistir para não esquecer. Lembrar para não repetir”, na Faculdade de Direito daquela Universidade, dentro das atividades de descomemoração dos 60 anos do Golpe de 1964. Com o Saju também se construiu o Dia de Ação Social na Unidade de Triagem e Sepé Tiaraju, em Porto Alegre-RS. Realizou-se, ainda, o Mutirão de Direitos, na Praça Kauã Machado Neto, no 4º Distrito, dia 20 de julho, em Porto Alegre. Esta parceria também com o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (CEDH-RS) e outros espaços.

### **Atuação permanente com os parceiros institucionais**

No CEDH-RS, a Ouvidoria sempre se manteve presente, participando tanto das reuniões de seu pleno como da sua Comissão Direitos Humanos e Povos Indígenas. Da mesma maneira, fez-se presente nas reuniões e audiências públicas da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul constituiu-se estreita relação com a sua Ouvidoria da Mulher, população LGBTQIAPN+ e pessoas em situação de vulnerabilidade, surgida a partir do Projeto “Rio Grande te Escuta”. Por meio desta parceria se encaminharam questões da população indígena, em situação de rua e LGBTQIAPN+.



## Novos Desafios

Por fim, no final de setembro, assumiu-se um novo desafio no Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil (CNODP), a Diretoria de Assuntos Legislativos. Neste sentido, já na nova função, conseguiu-se encaminhar e aprovar duas audiências públicas junto à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, quais sejam, para debater o racismo institucional como violação de direitos humanos - desafios e estratégias de enfrentamento no sistema de justiça; e para discutir a participação social nas instituições do sistema de justiça, a partir da experiência das ouvidorias externas de defensorias públicas.



# Aprimoramento Institucional



# | Aprimoramento Institucional

Para o aprimoramento institucional, três ações podem ser destacadas neste semestre: a criação do Fórum Socioambiental (destacado no Relacionamento com a Sociedade Civil Organizada), o Guia de Orientação para o Atendimento Antirracista e Antidiscriminatório na Defensoria Pública o Encontro Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil (CNODP).

## **Guia de Letramento Étnico-Racial**

O Guia, além de trazer conceitos, históricos e reflexões dentro do tema, traz a relação das comunidades indígenas e quilombolas por municípios do estado, o que contribui para a Defensoria acessar estes povos e trabalhar para a garantia de seus direitos. O Encontro ocorreu pela segunda vez em Porto Alegre-RS, sendo o primeiro em 2015. Ele significa sediar a reunião ordinária do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil, momento importante para as ouvidorias externas do país, por conseguinte, das Defensorias.

## **Encontro do Conselho Nacional das Ouvidorias de Defensorias Públicas**

Este Encontro, além de debater questões próprias da organização e atuação das Ouvidorias e de seu conselho, cumpriu agendas que contribuíram com lutas sociais locais que se repetem no país. Ele ocorreu de 25 a 27 de setembro e contou com duas visitas externas. A primeira, dia 26 de setembro, à Ocupação Maria da Conceição Tavares, do MTST, no Centro de Porto Alegre, no antigo prédio do INSS. Esta ocupação é de refugiados climáticos, que resistiram à gentrificação e neste ato de-



nunciam também que há alternativas inclusivas e previstas no ordenamento jurídico, de destinar prédios vazios à moradia e não à especulação imobiliária. A segunda visita foi à Tekoá Nhe'engatu, em Viamão-RS. Desta visita decorreu a Recomendação conjunta assinada pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos do RS (CEDH-RS), o Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil (CNODP), a Defensoria Nacional de Direitos Humanos da DPU e o Núcleo de Defesa da Igualdade Étnico-Racial da Defensoria Pública do Estado (DPE-RS), para a implementação de ações emergenciais e garantia de direitos, medidas que incluem a demarcação das terras indígenas, a oferta adequada de saúde e educação e a melhoria das condições de saneamento básico.

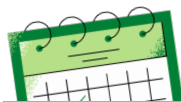
O Encontro também teve o debate sobre as possibilidades de atuação conjunta da Defensoria Pública Estadual com a da União, em diversos temas, como do consumidor, direitos de indígenas e quilombolas, como da população em situação de rua (27/09); e o Seminário “Crise Climática e Justiça Ambiental: o papel das Defensorias Públicas na Prevenção e Reparação” (26/09). O evento trouxe as múltiplas visões dos movimentos sociais sobre a questão, a atuação dos núcleos especializados da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, e debate técnico jurídico sobre possibilidades de atuação.





# Cronograma de Atividades





# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

10 de abril a 10 de outubro de 2024

Ao longo deste tópico apresentam-se todas as atividades que a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu/participou no decorrer deste período de seis meses.

ABRIL	
DATA	ATIVIDADE
10/04	Reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da ALRS;
11/04	Recebimento do livro “tribunais brasileiros e o direito à consulta Prévia, Livre e Informada”;
11/04	Participação do evento “Resistir para não esquecer, lembrar para não repetir”, no Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR), da Faculdade de Direito da UFRGS;
11/04	Posse do novo Defensor Público-Geral Nilton Leonel Anecke Maria e da nova Administração Superior da DPE-RS;
12/04	Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Povos Indígenas do CEDH-RS;
16/04	Reunião do “Rio Grande Te Escuta” das Ouvidorias do RS com representantes dos Povos Indígenas;
18/04	Reunião do GT do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da DPE-RS;
19/04	Reunião com a equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de São Leopoldo;
19/04	Reunião com Felipe Kirchner, Coordenador do Nudecom da DPE-RS;
19/04	Entrevista sobre o lançamento do livro “Os indígenas do Rio Grande do Sul e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)”, para o jornal Brasil de Fato RS;
22/04	Reunião com o Defensor Público João Carmona Paz, coordenador do Núcleo de Defesa Ambiental da DPE-RS;
22/04	Reunião com a Defensora Pública Paula Simões, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NUDECA) da DPE-RS;
23/04	Reunião com a Desembargadora Jane Vidal, da Ouvidoria da Mulher, LGBT-QIAPN+ e Pessoa em Situação de Vulnerabilidade do TJ-RS;





# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

10 de abril a 10 de outubro de 2024

23/04	Participação do painel “Memória e Verdade na 4ª Região” do MPF, em alusão ao 60 anos do golpe civil-militar;
24/04	Reunião com articulador@s da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP);
25/04	Reunião com o Defensor Público-Geral do Estado, Nilton Leonel Arnecke Maria;
25/04	Reunião com a equipe do programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDH);
26/04	Visita a Pousada Garoa com integrantes da Administração Superior da DPE-RS;
26/04	Reunião e posse dos novos conselheiros titulares do Conselho Superior da DPE-RS;
26/04	Participação da atividade “Ditadura e Sistema de Justiça”, da ADPERGS;
26/04	Escuta das vítimas e sobreviventes do incêndio na Pousada Garoa;
26/04	Lançamento do livro “Os Indígenas do Rio Grande do Sul e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985);

## MAIO

DATA	ATIVIDADE
20 A 22/05	Encontro Nacional do Conselho Nacional de Ouvidorias Públicas (CNOOP) em Florianópolis/SC;
21/05	Entrevista para o jornal O Povo News, do Ceará, sobre a criação de protocolo contra enchentes no RS;
23/05	Reunião com a Defensora Pública Bibiana Bernardes, dirigente dos Núcleos de Defesa da Pessoa Idosa (NUDEPID), de Defesa da Diversidade Sexual e Gênero (NUDIVERSI) e de defesa da Pessoa com Deficiência (NUDEPID) da DPE-RS;
24/05	Reunião do Movimento LGBTQIAPN+ com a Defensora Bibiana Bernardes;
24/05	Inauguração do Centro de Abastecimento das Cozinhas Solidárias em Porto Alegre;
24/05	Participação no programa Sextou com Cris, da Rádio Negritude;
25/05	Reunião do Movimento de Atingidos pela Enchente no RS;



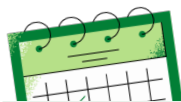
# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

10 de abril a 10 de outubro de 2024

27/05	Realização do Diálogos de Direitos Humanos com o tema Quilombolas, em Canguçu-RS;
29/05	Participação na reunião das 37 famílias removidas do bairro Sarandi com o Demhab;

## JUNHO

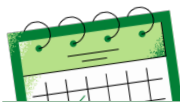
DATA	ATIVIDADE
03/06	Realização do Diálogos de Direitos Humanos com ambientalistas na PUCRS;
05/06	Participação da reunião da CCDH/RS;
05/06	Audiência sobre a ocupação de prédio abandonado no centro histórico de Porto Alegre por famílias atingidas pelas enchentes;
06/06	Participação da reunião do Núcleo de Defesa Ambiental da DPE-RS com a sociedade civil;
06/06	Fórum Social das Periferias entrega demandas ao CRDH e à Ouvidoria-Geral da DPE-RS;
07/06	Participação no ato unificado em defesa do Meio Ambiente;
10/06	Visita à ocupação Maria da Conceição Tavares, no centro de Porto Alegre;
10/06	Recebimento de demandas dos abrigos da escola Santa Rona, que abriga famílias dos bairros Sarandi e Humaitá;
10/06	Visita da DPE-RS à Ocupação Maria da Conceição Tavares, em Porto Alegre;
11/06	Reunião com a desembargadora Jane Vidal, da Ouvidoria da Mulher, LGB-QTIAPN+ e das pessoas em situação de Vulnerabilidade do TJ-RS;
11/06	DPE-RS recebe demandas de ambientalistas do Fórum Socioambiental para a recuperação do RS;
13/06	Reunião do Pleno do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS);
17/06	Lançamento extraordinário do livro “Os Indígenas do Rio Grande do Sul e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)”, no bar Parangolé;



# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

10 de abril a 10 de outubro de 2024

18/06	Reunião com a professora e pesquisadora Priscyla Joca, da Toronto Metropolitan University (Canadá);
19/06	Prestação de contas da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos;
19/06	Reunião da Comissão de Direitos Humanos da ALRS;
20/06	Conversa GPIT/UFRGS - debate sobre News Orleans pós Katrina, com Aaron Schneider e Tarson Núñez;
20/06	Reunião do Fórum Social das Periferias com a Des. Jane Vidal, da Ouvidoria da Mulher, LGBTQIAPN+ e das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade;
20/06	Participação do debate “Direitos humanos na encruzilhada: entre o neoliberalismo e o fascismo”, do Movimento Vidas Negras Importam RS;
21/06	Reunião da DPE-RS com ambientalistas;
21/06	Reunião preparatória do livro “Participação social como instrumento de efetivação da democracia nas instituições do sistema de Justiça”;
24/06	Lançamento do Sistema de Dados Abertos do Governo Federal sobre ajuda à reconstrução do RS;
24/06	Lançamento da Frente Parlamentar pelo Meio Ambiente e Resiliência Climática da ALRS;
24/06	Reunião do Atuapoa e Acesso - Cidadania e Direitos Humanos com os Núcleos de Defesa Agrária e Moradia e Defesa Ambiental da DPE-RS;
26/06	Participação da Audiência Pública da CCDH/ALRS;
26/06	Reunião sobre terreiros de religião de matriz africana atingidos pela crise climática, com Winnie Bueno, do Gabinete do deputado Matheus Gomes;
27/06	Participação do Fórum Quilombola em Morro Alto, em Osório;
27/06	Realização de duas atividades sobre Direito e Cultura LGBTQIAPN+ e a Crise Climática no RS;
28/06	Reunião do Conselho Superior da DPE-RS;
28/06	Reunião para tratar de eventos e publicações sobre o tema Racismo Ambiental e Crise Climática;
28/06	Reunião com o Movimento de Mulheres e a Defensora Paula Granetto, dirigente do Nudem, sobre aborto legal;



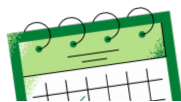
# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

10 de abril a 10 de outubro de 2024

29/06 Ação Social na Unidade de Triagem Sepé Tiaraju, no bairro Navegantes em Porto Alegre;

## JULHO

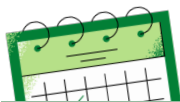
DATA	ATIVIDADE
01/07	Reunião com os Núcleos de Defesa Ambiental e Defesa Agrária e de Moradia com as organizações AtuaPoa e Acesso - Cidadania e Direitos Humanos;
03/07	Participação da 3ª Mobilização de Mulheres Indígenas Kaingang e Guarani, na Terra Indígena da Guarita;
04/07	Participação da 3ª Mobilização de Mulheres Indígenas Kaingang e Guarani, na Terra Indígena da Guarita;
08/07	Entrevista na Rádio Bandnews Porto Alegre sobre o pedido à CIDH de reparação para os Povos Indígenas;
08/07	Entrega de livro para o Defensor Público-Geral, Nilton Leonel;
08/07	Reunião sobre questões indígenas em Ibiraiaras, com Nudier/DPE-RS, CEDH-RS, CEPI-RS, SESai, Funai e MPF;
09/07	Audiência Pública na ALRS sobre Criminalização das ocupações no RS;
09/07	Reunião com ambientalistas sobre a Bacia do Caí;
09/07	Confraternização dos aniversariantes do CRDH/DPE-RS;
09/07	Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho Consultivo da DPE-RS;
10/07	Audiência Pública na ALRS sobre o Sistema Prisional e as condições de trabalho dos policiais penais;
11/07	Reunião com Higor Cataldo, do MDHC;
11/07	Reunião do pleno do CEDH-RS;
13/07	Participação do Encontro Estadual da RENAP-RS em Viamão;
15/07	Audiência Pública da CCDH/ALRS sobre a situação dos povos de Terreiro do RS;
16/07	Reunião com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH;
18/07	Reunião para a construção do Seminário sobre Habitação da ALRS;



# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

10 de abril a 10 de outubro de 2024

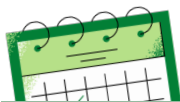
18/07	Atividade Aborto Legal e Saúde Pública na UFRGS;
19/07	Reunião do Conselho Superior da DPE-RS;
19/07	Reunião sobre projetos de saneamento do litoral norte do RS e os impactos às comunidades indígenas e tradicionais;
19/07	Reunião com o TRT-4 sobre a celebração dos 10 anos do CEDH-RS;
19/07	Entrega do livro “Os Indígenas do RS e a ditadura Civil-Militar” ao presidente do TRT-4;
20/07	Mutirão por Direitos no Arraiá Trêsmaiese, no bairro Humaitá, no 4º Distrito de Porto Alegre;
22/07	Reunião com o Coordenador-Geral de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola do MEC;
23/07	Reunião sobre projetos para o Núcleo de Defesa da Igualdade Étnico-Racial da DPE-RS;
23/07	Reunião do Fórum Justiça-RS no pós-enchente;
24/07	Reunião do Mapa de Conflitos - injustiça Ambiental e Saúde no Brasil - Fiocruz;
25/07	Reunião do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra (Codene);
25/07	Ouvidoria convida o presidente da Adpergs, Mario Rheingantz, para participar do Encontro do CNODP;
26/07	Reunião com representantes do Conselho Estadual dos Povos Indígenas do RS;
29/07	Participação na posse dos novos servidores da DPE-RS;
29/07	Reunião com a Acess - Cidadania e Direitos Humanos sobre pautas ambientais;
30/07	Reunião de trabalho para elaboração de Amicus Curiae em Ação Civil Pública do MPF sobre violações a indígenas do RS durante a Ditadura;
31/07	Reunião com o Núcleo de Defesa em Execução Penal da DPE-RS, com o Fórum Justiça e CEDH-RS;



# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

10 de abril a 10 de outubro de 2024

AGOSTO	
DATA	ATIVIDADE
02/08	Reunião com o Nudier/DPE-RS e o Grupo Defesa Periférica;
05/08	Audiência Pública do CNDH sobre “Combate à violação de Direitos Humanos de Pessoas Intersexo”, realizado na Adpergs;
06/08	Reunião com o Nudier/DPE-RS e a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY);
07/08	Reunião do GT Cadastros da Defensoria Pública com representantes do IBGE;
07/08	Reunião virtual do CNODP;
07/08	Aula Magna com o professor José Geraldo de Souza Júnior, do curso de especialização em Direito e Sociedade da Fesdep e Unilasalle;
08/08	Acompanhamento da visita da DPU ao Terreiro do Pai Valdir em Guaíba;
08/08	Reunião entre Fesdep, PPGD/UFRGS e CRDH/DPE-RS;
08/08	Reunião entre Susepe, Cimi e Fórum Justiça sobre os direitos dos indígenas encarcerados;
12/08	Entrevista para a Rádio Web Manawa, sobre a Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé;
12/08	Reunião com Gleidson Renato Martins Dias, Ouvidor-Geral da Defensoria Pública da União;
14/08	Entrega de sentença judicial a favor dos Mbya Guarani da Tekoa Yjerê na Ponta do Arado, na zona sul de Porto Alegre;
15/08	Participação na reunião ordinária do CEDH-RS;
16/08	Reunião de Trabalho sobre o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil;
19/08	Participação no Mutirão de Atendimento à População em Situação de Rua na Escola Porto Alegre e na Praça da Matriz;
19/08	Audiência Pública sobre Segurança Pública Cidadã da ALRS;
19/08	Reunião dos/as articuladores/as da RENAP;
20/08	Visita às terras indígenas Mbya Guarani Pindó Poty em Porto Alegre, e à Beira da ERS-040, em Capivari do Sul;
21/08	Audiência Pública na DPE-RS sobre cobranças de taxas condominiais em imóveis de baixa renda;



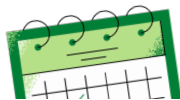
# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

10 de abril a 10 de outubro de 2024

22/08	Aniversário da servidora da Ouvidoria-Geral da DPE-RS, Erclia Corrêa Freire;
23/08	Recondução de Marcelo Turela ao Cargo de Corregedor-Geral pelo Conselho Superior da DPE-RS;
25/08	Aniversário da Deputada Estadual Bruna Rodrigues;
26/08	Reunião do GT do Conselho Consultivo da Ouvidoria;
28/08	Reunião preparatória do Encontro do Conselho Nacional das Ouvidorias das Defensorias;
29/08	Aniversário de Giovanna Saraiva, estagiária da Ouvidoria-Geral da DPE-RS;
29/08	Reunião do Fórum Justiça;
30/08	Participação do primeiro Ciclo de debate do CRDH com o tema “Guerra às Drogas e a Violência Policial”;
30/08	Participação da abertura do curso de formação de Promotoras Legais Populares da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, na sede da Múcio Teixeira;

## SETEMBRO

DATA	ATIVIDADE
02/09	Cerimônia de recondução de Marcelo Turela ao cargo de Corregedor-Geral da DPE-RS;
03/09	Lançamento do primeiro Guia de Letramento Étnico-Racial da DPE-RS;
04/09	Reunião com a Susepe sobre indígenas no sistema prisional gaúcho;
04/09	Bate-papo com Mariana Salomão Carrara, Defensora Pública de SP e escritora;
05/09	Reunião do Fórum Permanente para a para a Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas;
05/09	Participação na Semana da Educação Física da Unifacap;
06/09	Reunião com o gabinete do deputado Matheus Gomes, com Winnie Bueno e Rafael Madeira;

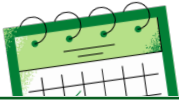


# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

10 de abril a 10 de outubro de 2024

06/09	Audiência Pública sobre Violência Política de Gênero e Assédio, na ALRS;
09/09	Visita e ajuda na Cozinha Solidária da Azenha (MTST);
10/09	Reunião do CES-RS e CEDH-RS para organizar seminário sobre aborto legal;
11/09	Reunião sobre o Relatório da Missão da DPU a respeito da situação do Povo de Terreiro na enchente do RS;
11/09	Entrega de exemplares do Guia de Letramento Étnico-Racial da DPE-RS à deputada Luciana Genro e ao Movimento Vidas Negras Importam-RS;
12/09	Reunião com NUDIER e Corregedoria da DPE-RS sobre orientações da equipe com o Guia de Letramento Étnico-Racial;
12/09	Reunião do CEDH-RS;
13/09	Reunião do Conselho Superior da DPE-RS;
13/09	Reunião com a Ouvidoria do TCE-RS sobre os encaminhamentos do Fórum para a Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas; com a participação do CEDH-RS;
17/09	Formação sobre “Registro de marca e grafia indígena” do CRDH;
17/09	Audiência no TRF4 sobre as violações sofridas pelos indígenas do RS durante a Ditadura Militar;
19/09	Reunião com integrantes do Ministério da Igualdade Racial sobre a efetivação de direitos e enfrentamento ao racismo;
19/09	Reunião do Programa Justiça Plural - CNJ e PNUD;
20/09	Participação do Seminário “Lutas pelo Território e a Violência contra os Povos Originários no Brasil” na UFRJ;
23/09	Reunião preparatória de curso sobre Crise Climática e Justiça Ambiental;
23/09	Reunião sobre publicações com o tema Crise e Justiça Climática e Justiça e Racismo Ambiental, no Brasil e Canadá;
24/09	Visita à Terra Indígena do Cantagalo, em Viamão;
25/09	Encontro do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas;
26/09	Encontro do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas;
27/09	Encontro do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas;



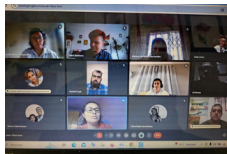
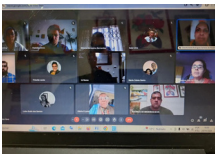
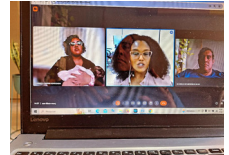
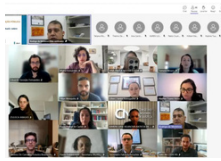


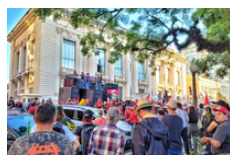
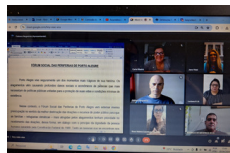
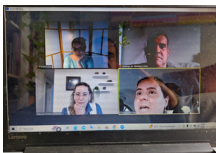
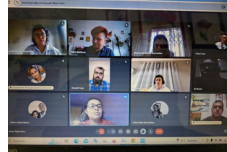
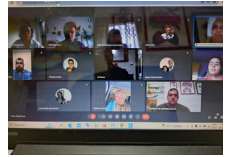
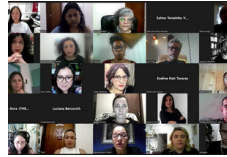
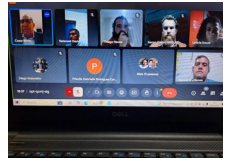
# CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

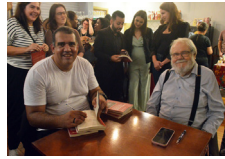
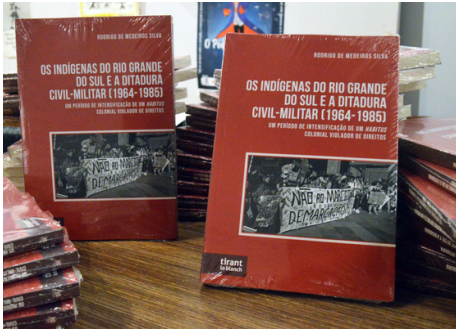
10 de abril a 10 de outubro de 2024

## OUTUBRO

DATA	ATIVIDADE
01/10	Reunião com Fesdep, Nudier e CRDH;
03/10	Visita à Comunidade indígena do Cantagalo, em Viamão, acompanhando os dirigentes do Nudier e Nudam;
05/10	Apoio à Ocupação Maria da Conceição Tavares;
08/10	Reunião de alinhamento da ACNUR e DPE-RS para atendimento à população Indígena;
10/10	Participação da reunião ordinária do CNDH sobre violência contra Defensores Públicos no exercício de suas funções;















**OUVIDORIA**

---

**DEFENSORIA PÚBLICA**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL